



FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

## CERTIFICADO

**CERTIFICADO LAS-CADASTRO Nº 21459327/2018**

**2ª VIA**

### **L I C E N Ç A   A M B I E N T A L   S I M P L I F I C A D A - C A D A S T R O**

A Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, no uso de suas atribuições, com base no art. 4º, inciso V da Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 54, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.042, de 06 de setembro de 2016, concede à empresa Lubri Arcos Ltda, CNPJ 20.319.623/0001-39, Licença Ambiental Simplificada, modalidade LAS/Cadastro, para a atividade principal Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos, (Capacidade de armazenagem: 100 m³), com critério locacional 0 (zero), enquadrada na DN COPAM nº 217, de 2017, sob o código F-06-04-6, localizada na Rua Joaquim Murtinho, 815 - São José, no Município de Arcos, no Estado de Minas Gerais, coordenadas X = 442981-00 - Y = 7756428-00, em conformidade com normas ambientais vigentes.

Certificado emitido eletronicamente, nos termos do art. 20, da Lei Estadual nº 21.972, de 2016, e do art. 8º, §4º, I, da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 2017, com base nas informações prestadas pelo empreendedor.

**ESTA LICENÇA NÃO DISPENSA NEM SUBSTITUI A OBTENÇÃO, PELO REQUERENTE, DE CERTIDÕES, ALVARÁS, LICENÇAS OU AUTORIZAÇÕES, DE QUALQUER NATUREZA, EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL.**

Validade: 10 (dez) anos, com vencimento em 19/08/2028.



Documento assinado eletronicamente por **Kamila Esteves Leal, Chefe Regional**, em 05/04/2024, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **85610080** e o código CRC **E076AD51**.

---

**Referência:** Processo nº 1370.01.0005337/2018-31

SEI nº 85610080



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Fundação Estadual do Meio Ambiente**

**Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco - Núcleo de Apoio Operacional**

Ofício FEAM/URA ASF - CAF NAO nº. 90/2024

Divinópolis, 05 de abril de 2024.

Assunto: **2ª via de certificado de Las cadastro**

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1370.01.0005337/2018-31].

Boa tarde,

segue em anexo a 2ª via do Las cadastro 21459327/2018 com a alteração de titularidade para Lubri Arcos Ltda, CNPJ 20.319.623/0001-39, conforme solicitado no protocolo SEI 2090.01.0009144/2023-45.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Leao, Servidor(a) Público(a)**, em 05/04/2024, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **85647342** e o código CRC **523ECCB5**.

Referência: Processo nº 1370.01.0005337/2018-31

SEI nº 85647342

Rua Ceará, 180, Centro - Divinópolis - CEP 35.500-013

ANEXO II Progressão na carreira de Agente de Segurança Penitenciário.							
MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1374342/2	EDINILSON PIMENTA DE LIMA	ASP	II	C	II	D	04/05/2023

04 1924077 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 677, DE 03 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre promoção por escolaridade adicional ao servidor da carreira da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 e;

Considerando o disposto no art. 15 da Lei n.º 15.301, de 10 de agosto de 2004, e no art. 3º, § 3º do Decreto 44.769, de 07/04/2008, bem como visando o cumprimento da determinação judicial contida nos autos doProcesso Judicialnº 5083357-72.2023.8.13.0024, em que foi julgado procedente o pedido auido na inicial, condenando o Estado de Minas Gerais a realizar a promoção da parte autora, conforme critérios elencados na referente legislação.

resolve:

Art. 1º - Revogar na Resolução SEJUSP nº 221, de 01 de abril de 2022, publicada em 02 de abril de 2022; Resolução SEJUSP Nº 157, de 17 de fevereiro de 2023, publicada em 24 de fevereiro de 2023, que dispõem sobre progressão e promoção na carreira, concedida aos servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo, a parte referente à servidora Débora Cecília Ribeiro Costa - MASP-1380083/4,tendo em vista a concessão de promoção por escolaridade adicional, em cumprimento ao Processo Judicial Nº5083357-72.2023.8.13.0024.

Art. 2º - Conceder Promoções por Escolaridade Adicional, na carreira da servidora constante no anexo I desta Resolução, lotada na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em cumprimento ao Processo supracitado.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

ANEXO I Promoção por escolaridade Adicional na carreira de Analista Executivo de Defesa Social.							
MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1380083/4	DEBORA CECILIA RIBEIRO COSTA	ANEDS	I	C	II	A	12/08/2021
1380083/4	DEBORA CECILIA RIBEIRO COSTA	ANEDS	II	A	III	A	12/08/2023

04 1924083 - 1

ATO Nº 298/2024 - RETIFICA PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE ADICIONAL

Retifica na Resolução SEJUSP Nº 656, de 30 de maio de 2023, publicada em 01 de junho de 2023, que dispõe sobre Promoção por Escolaridade Adicional, concedida ao servidor Adameck Manuel de Ferreira - MASP: 1101021/2, em função de nova decisão judicial ID 10116650262.

Onde se lê: “IV-A” - Leia-se: “IV-B”.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

04 1924089 - 1

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PDS Nº 055/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 6 de junho de 2020, bem como no Parecer nº 16/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC/2024, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de DANILO OLIVEIRA SOUZA – MASP 1.388.769-0, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1, DARLAN MACIEL DA SILVA – MASP 1.388.787-2, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1, FERNANDO MARTINS DE CARVALHO – MASP 1.346.528-1, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 1, e THALLES DA SILVA GOMES – MASP 1.197.908-5, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Socioeducativo, admissão 3, lotados no Centro Socioeducativo de Sete Lagoas (CSESL) à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 03 de abril de 2024  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PDS Nº 019/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 15 de abril de 2021, bem como no Parecer nº 26/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC/2024, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de ALAN DE JESUS MARÇAL - MASP 1.269.663-9, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotado no Presídio de Itabira I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 03 de abril de 2024  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 050/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 17 de fevereiro de 2022, bem como no Parecer nº 166/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC/2024, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 45 (quarenta e cinco) dias ao processado DANIEL BATISTA DOS SANTOS - Masp 1.448.645-0, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotado no Presídio de Nanuque I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, e art. 246, inciso I, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do advogado Anderson da Silva Barreiros OAB/MG 138.928. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 03 de abril de 2024  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 456/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 2 de dezembro de 2021, bem como no Parecer nº 184/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC/2024, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 1 (um) dia à processada RAIANA LUISA SOARES MARQUES - MaSP 1.330.984-4, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2, lotada na Penitenciária de Belo Horizonte I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa da processada acima qualificada e do advogado Fabio Henrique Corrêa OAB/MG 137.619. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 03 de abril de 2024  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 456/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 2 de dezembro de 2021, bem como no Parecer nº 184/CGE/CSet SEJUSP/NUCAD PROC/2024, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 1 (um) dia à processada RAIANA LUISA SOARES MARQUES - MaSP 1.330.984-4, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2, lotada na Penitenciária de Belo Horizonte I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa da processada acima qualificada e do advogado Fabio Henrique Corrêa OAB/MG 137.619. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 03 de abril de 2024  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

04 1924072 - 1

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso II alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor: MASP 1384296-8, LASCINIA CARNEIRO PIMENTEL, referente ao cargo efetivoAnalista Executivo de Defesa Social - Psicólogo, do Centro Socioeducativo Uberaba, para o Centro Socioeducativo Uberlândia, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0019375/2024-52.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024.  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, o servidor: MASP 1248769-0, EDERSON PINTO DE SOUZA, referente ao cargo efetivoAgente de Segurança Socioeducativo, doCentro de Internação Provisória Dom Bosco, para oCentro Socioeducativo Horto, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0145652/2023-29.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024.  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, o servidor: MASP 1080154-6, WOSBROM GOMES ALVES, referente ao cargo efetivoAgente de Segurança Socioeducativo, do Centro Socioeducativo Santa Clara, para o Centro Socioeducativo Ribeirão das Neves,conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0122556/2023-08.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024.  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, o servidor: MASP 1174801-9, WARLEI MACIEL TOTO, referente ao cargo efetivoAgente de Segurança Socioeducativo, do Centro Socioeducativo Santa Clara, para o Centro Socioeducativo Ribeirão das Neves,conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0122546/2023-84.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024.  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso II alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor: MASP 1441210-0, JOÃO GUSTAVO DA COSTA MOREIRA, referente ao cargo efetivoAgente de Segurança Socioeducativo, doCentro de Internação Provisória Dom Bosco, para oCentro Socioeducativo Horto,conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0035330/2024-44.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024.  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, o servidor: MASP 1296464-9, ALTAIR DE OLIVEIRA CAMPOS, referente ao cargo efetivoAgente de Segurança Socioeducativo, do Centro Socioeducativo Horto, para o Centro Socioeducativo Ribeirão das Neves, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0134561/2023-47.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024.  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a)servidor(a): MASP 1379877-2, DOUGLAS RODRIGO DIAS, referente ao cargo efetivoAgente de Segurança Penitenciário, do Presídio de Campo Belo, para o Presídio Doutor Nelson Pires,conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0050052/2024-56.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024.  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a)servidor(a): MASP 1436391-5, BRUNA FERREIRA AUGUSTO CRUZ, referente ao cargo efetivoAgente de Segurança Socioeducativo, da Diretoria de Planejamento e Monitoramento Socioeducativo, para o Centro Socioeducativo Horto, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0036070/2024-46.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024.  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a)servidor(a): MASP 1437677-6, DAIANE EVELYN PONCIANO MARQUIS, referente ao cargo efetivoAgente de Segurança Socioeducativo, da Diretoria de Planejamento e Monitoramento Socioeducativo, para o Centro Socioeducativo Horto, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0036054/2024-90.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024.  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a)servidor(a): MASP 1146423-7, CLAUDIO FERREIRA DE SOUZA, referente ao cargo efetivoAgente de Segurança Socioeducativo, da Diretoria de Planejamento e Monitoramento Socioeducativo, para o Centro Socioeducativo Horto, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0036078/2024-24.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024.  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a)servidor(a): MASP 1019986-7, CLAUDIO HENRIQUE DE LIMA PEREIRA, referente ao cargo efetivoAgente de Segurança Socioeducativo, do Centro Socioeducativo São Jerônimo, para o Centro Socioeducativo Ribeirão das Neves,conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0035961/2024-79.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024.  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a)servidor(a): MASP 1444977-1, DAYANE GOMES DE SOUZA, referente ao cargo efetivoAgente de Segurança Socioeducativo, do Centro Socioeducativo São Jerônimo, para o Centro Socioeducativo Ribeirão das Neves,conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0035974/2024-19.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024.  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso II alínea a, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, o servidor: MASP 1250648-1, ADELINO DO CARMO PEREIRA JUNIOR, referente ao cargo efetivoAgente de Segurança Socioeducativo, doCentro de Internação Provisória Dom Bosco, para oCentro Socioeducativo Ribeirão das Neves, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0132415/2023-80.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024.  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso II alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor: MASP 1245648-9, GABRIEL ARAUJO SILVA, referente ao cargo efetivoAgente de Segurança Socioeducativo, doCentro Socioeducativo Montes Claros, para oCentro Socioeducativo Sete Lagoas,conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0011448/2024-02.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024.  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

04 1924543 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 706, DE 03 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a delegação de competência para fins de apuração de frequência do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo § 1º, inciso III, do art. 93 da Constituição do Estado, a Lei Estadual 24.313, de 28 de abril de 2023; o Decreto Estadual nº 48.659, de 28 de julho de 2023, e tendo em vista o disposto na Resolução SEPLAG nº 10, de 1º de março de 2004 e no art. 17, da Resolução SEPLAG nº 35, de 31 de março de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica delegada ao servidor Eder de Castro Pimenta, Masp1.079.904-7, a competência para a prática dos atos no âmbito do sistema Ponto Digital, relacionados aos servidores lotados e em exercício na Coordenação de Operações com Aeronaves Remotamente Pilotadas - COARP, setor este subordinado a Diretoria de Segurança Externa - DSE do Departamento Penitenciário de Minas Gerais.

Parágrafo único – O Secretário de Justiça e Segurança Pública poderá avocar, a qualquer momento, a competência para a prática dos atos previstos nos incisos deste artigo.

Art. 2º - Fica revogada a Resolução SEJUSP Nº 712, de 26 de agosto de 2022 a partir da publicação desta.

Art. 3º - O ato de delegação se dará por prazo indeterminado, podendo ser revogado a qualquer tempo pela autoridade delegante.

Art 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

04 1924245 - 1

ATO Nº 310/2024 - RETIFICA PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE ADICIONAL

Retifica na Resolução SEJUSP Nº 385, de 26 de maio de 2022, publicada em, 28 de maio de 2022, que dispõe sobre Promoção por Escolaridade Adicional e Resolução SEJUSP Nº 1432, de 11 de outubro de 2023, publicada em 18 de Outubro de 2023, que dispõe sobre progressão na carreira, concedida à servidora Silene Aparecida Alves Moia Guimarães - MASP 1124604/8, na parte referente a data de vigência, em virtude de atualização da Avaliação de desempenho individual adquirida judicialmente.

Onde se lê: “01/01/2022” - Leia-se: “06/09/2021”;

Onde se lê: “01.01.2023” - Leia-se: “06/09/2023”;

Belo Horizonte, 03 de abril de 2024.  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

04 1924396 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 010/2023, conforme PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 010/2023, publicada no Minas Gerais de 07/01/2023, tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 225, da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o servidor HUDSON FELIPE DE JESUS DA SILVA, MASP 1.453.026-5, para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na Rua Tenente Guimarães, nº: 535 – Bairro Nova Era - CEP: 36.087-070 – Juiz de Fora – MG, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min, endereço eletrônico: nucadjf.sejusp@gmail.com, no prazo de 10 dias úteis, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento do Indiciamento elaborado e

apresentar as alegações finais de defesa, conforme portaria inaugural, condutas estas que, se comprovadas, remetem ao descumprimento do disposto no artigo 216, incisos V e VI, c/c artigos 245, caput e parágrafo único, e 246, inciso I, com incidência no artigo 250, inciso II, todos na forma da Lei nº 869/1952, estando sujeito a uma das penalidades previstas no artigo 244, incisos I, III ou VI do referido Diploma Legal; sob pena de REVELIA e designação de defensor “ex-officio”.

Juiz de Fora, 04 de abril de 2024  
Joelson Fontes Dias  
Masp 1.171.622-2  
Presidente de Comissão

04 1924306 - 1

EXTRATO DA PORTARIA DEPEN Nº 14/2024, DE 04 DE ABRIL DE 2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 1450.01.0001547/2024-94

Descumprimento de cláusulas do Contrato nº 9293556/2021 (Presídio de Serro). Empresa ESTRELA ALIMENTAÇÃO EIRELI, CNPJ nº 21.703.289/0001-85, com sede na Rua Tapiuas, nº 58, Bairro Dom Rafael, Bom Despacho/MG., Práticas previstas no inciso VI do art. 3º e nos incisos I, II, IV e VI do art. 4º da Resolução SEAP nº 49/2017, puníveis com sanções desde advertência escrita até declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública (de acordo com as sanções previstas no artigo 38 do Decreto Estadual nº 45.902/2012, nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002).

Convoco a Comissão Processante Permanente da SEJUSP, para instrução e conclusão de todo o procedimento, conforme Resolução SEAP nº 01, de 13 de fevereiro de 2017.

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública,  
Belo Horizonte, 04 de abril de 2024.  
Leonardo Mattos Alves Badaró  
Diretor-Geral

Departamento Penitenciário de Minas Gerais

04 1924587 - 1

## Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

## Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

A Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco torna público que foram DEFERIDOS os requerimentos de transferência de responsabilidade administrativa das licenças ambientais abaixo identificadas:

1) Tipo da solicitação: Licença Ambiental Simplificada Las/Cadastro; Fase: Operação iniciada em 22/09/1995; Empreendimento: Arcolub – Arcos Lubrificantes Ltda.; Atividade(s): Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos; Município: Arcos; PA/SLA nº: 21459327/2018 e PT 17019 / 2014; Classe: 2; Válida até 19/08/2028 do responsável Arcolub – Arcos Lubrificantes Ltda., CNPJ 00.820.570/0001-28 para o novo titular Lubri Arcos Ltda., CNPJ 20.319.623/0001-39. 2) Tipo da solicitação: Renovação de licença de operação; Empreendimento CSN Cimentos S.A.; Atividade(s): Fabricação de cimento; Município: Arcos; PA nº: 22088/2005/008/2017; Classe: 6; Válida até 26/09/2028 do responsável CSN Cimentos S.A., CNPJ 38.282.487/0002-04 para o novo titular CSN Cimentos Brasil S.A., CNPJ 60.869.336/0277-40.

Sra Kamila Esteves Leal.  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto do Francisco.

04 1924591 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - LAC 1 - Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação: 1) RBR Mineradora Ltda. - Pilhas de rejeito/estéril, Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento e Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários - Botumirim/MG, PA/nº 554/2024 ANM 831625/2021. Classe 4. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - PA nº. 2090.01.0009887/2023-63.

(a) Mônica Veloso de Oliveira  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

04 1924385 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento: 1) Sistema Solar Fotovoltaico Senador Cortes - Município de Senador Cortes, Usina solar fotovoltaica, Senador Cortes/MG, PA SLA 529/2024, com validade até 02/04/2034; 2) WJ Transportes de Combustíveis Ltda - J&C Transportes de Combustíveis Eireli - Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Juiz de Fora/MG, PA SLA 547/2024, com validade até 03/04/2034.

(a)Dorgival da Silva  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata.

04 1924410 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo DEFERIMENTO cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1)Agromercantil S/A- Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despolpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes - Campina Verde/MG, PA/SLA nº 483/2024, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

</